

INTENCIONALIDADE E CONVENCIONALIDADE DOS ATOS DE FALA NA TEORIA DA INTERPRETAÇÃO DE QUENTIN SKINNER

Pedro Augusto Dias Rocha

Graduando em História na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB
pedro.augustodr98@gmail.com

Quentin Skinner (1940), historiador da filosofia, lançou um ataque às formas tradicionais de se escrever a história das ideias e buscou fundamentar um novo método baseado na teoria dos atos de fala desenvolvida por autores como J. L. Austin e P. F. Strawson. O novo método desenvolvido por Skinner passou a ser conhecido como “contextualismo linguístico” e o grupo de intelectuais mais próximos dele levou a alcunha de “Escola de Cambridge”. A comunicação tratará de três textos escritos entre os anos 1970-1972 que demonstram qual era a concepção de Skinner a respeito dos conceitos de intenção e convenção e qual era a sua solução para a questão acerca do papel destes conceitos na interpretação de textos. Depois de haver publicado um texto polêmico intitulado *Meaning and understanding in the history of ideas* (1969), Skinner recebeu diversas críticas oriundas de vários autores distintos em termos de orientação teórica. Com isso, o historiador britânico passou a desenvolver mais sistematicamente a sua teoria da interpretação. Há, no artigo de 1969, uma crítica aos internalistas, que viam o significado de um texto como sendo recuperável apenas a partir do próprio texto, e aos externalistas, que viam os significados dos textos como meros epifenômenos de uma realidade mais fundamental. Nos seus artigos do início da década de 1970, Quentin Skinner se preocupa em retirar do conceito de “intenção” a sua conotação psicologista e ainda em defender que a recuperação da intenção do autor depende da recuperação das convenções vigentes no momento da performance do ato de fala a ser analisado. Em outras palavras, nos textos a serem analisados por nós, o historiador da filosofia pretendeu manipular os conceitos de intenção e convenção de forma a construir uma teoria da interpretação não reducionista; sem localizar o significado apenas “dentro” ou “fora” do texto. Os artigos discutidos serão: *Conventions and understanding of speech acts* (1970), *On performing and explaining of linguistic actions* (1971) e *Motives, intentions and interpretation of texts* (1972). Enfim, a conclusão a que chegamos é a de que Quentin Skinner não pode ser visto como um intencionalista ingênuo, propagador de uma “hermenêutica romântica”, como afirmou o historiador David Harlan em *Intellectual History and the return of literature* (1989), nem como um contextualista radical, esvaziador da autonomia e da originalidade dos textos clássicos, conforme defendeu Margaret Leslie em um artigo crítico publicado em 1970. É mais razoável descrever a visão skinneriana acerca da intencionalidade autoral não nos termos de um apelo à subjetividade do autor, mas como uma visão da intencionalidade ancorada na dimensão convencional dos proferimentos. Sendo Assim, Skinner arrefece o seu intencionalismo e seu contextualismo radicais reciprocamente, fazendo o “dentro” e o “fora” dos textos serem interdependentes e a intenção autoral depender das convenções compartilhadas socialmente.

Palavras-chave: Quentin Skinner; Teoria da interpretação; Intencionalidade autoral; Teoria dos atos de fala; História das ideias.